



Análise do nível de aderência dos Relatos Integrados publicados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade à luz da OCPC 09

Resumo

O Relato Integrado (RI) é um documento que visa integrar as informações financeiras e não financeiras, demonstrando as oportunidades relevantes, riscos, desempenhos e a geração de valor da organização ao longo do tempo para as partes interessadas. No Brasil, os órgãos públicos passaram a ser obrigados a publicarem o relato integrado como uma forma de prestação de contas a partir da normativa nº 170/2018 emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, no início de 2021 foi publicada a OCPC 09 como uma forma de motivar e apoiar as empresas a elaborarem o RI. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o nível de aderência dos Relatos Integrados do exercício de 2019 publicados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's) brasileiros à luz da OCPC 09. A partir de uma base de análise sobre os elementos de conteúdo a partir da OCPC 09, os RI's foram analisados de forma binomial afim de demonstrar quais os elementos que contém ou não em cada relatório. Os resultados mostraram que, o elemento visão geral da organização e seu ambiente externo e o elemento riscos e oportunidades foram os que apresentaram maior diferença nas informações entre os órgãos, já o elemento base para elaboração e apresentação não foi apresentado e em relação aos demais foi observado que em sua maioria eram padronizadas. Ainda, os CRC's que apresentaram a maior e a menor quantidade de informação foram respectivamente MG e MS, demonstrando que a condição de *disclosure* dos RI's foi voltada basicamente para a prestação de contas.

Palavras-chave: Relato Integrado; Elementos de Conteúdo; Conselhos Regionais de Contabilidade; OCPC 09.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade – Responsabilidade social e ambiental

1 Introdução

No Brasil os relatórios não financeiros começaram ganhar destaque e maior visibilidade a partir de 1997, na forma de relatórios de gestão e sustentabilidade, sendo o mais comum o Balanço Social. Visando apresentar informações que vão além dos dados obrigatórios à empresa como os referentes aos custos e investimentos, o Balanço Social tem o intuito de mostrar a sociedade as preocupações da empresa com o meio ambiente e as ações sociais. (Mattos et al., 2011; Freitas & Freire, 2017)

Mundialmente a GRI (*Global Reporting Initiative*), já vem buscando estabelecer padrões e relações entre os relatórios de sustentabilidade e os conteúdos existentes em relatórios corporativos (Peixoto & Martins, 2015). Mais tarde, em 2013 houve a publicação do *Framework* pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com o intuito de apresentar as diretrizes para a



elaboração do Relato Integrado (RI) contendo informações financeiras e não financeiras.

Esse relatório tem a capacidade de demonstrar as oportunidades relevantes, riscos, desempenhos e a geração de valor da organização ao longo do tempo para as partes interessadas, como por exemplo, reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs. Além disso, a estrutura internacional para o RI traz os principais conceitos fundamentais, princípios básicos e elementos de conteúdo.

Essa estruturação para o relato integrado publicado em língua inglesa foi traduzida para a língua portuguesa pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) em março de 2014 (IIRC, 2013). Com base nessa tradução o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) publicou no início de 2021 a orientação técnica OCPC 09, como uma forma de motivar e apoiar as empresas dispostas a elaborar o RI, utilizando-a como referência.

Em consonância, a decisão normativa nº 170/2018 emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), exige uma prestação de contas dos órgãos públicos via publicação do RI com o objetivo de aumentar a transparência, a credibilidade e a utilidade das contas públicas, também visa demonstrar para a sociedade como as estruturas de governança funcionam. Desta forma, se torna cada vez mais importante a elaboração e publicação do Relato Integrado para os órgãos do setor público e privados, além de serem motivados pela publicação da Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09. Assim, a análise deste trabalho justifica-se pelo destaque da adoção do Relato Integrado pelos órgãos públicos, sendo esses considerados Unidades Prestadoras de Contas (UPC's), torna-se obrigatório a publicação do RI como relatório de gestão.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o nível de aderência dos relatos integrados do exercício de 2019 publicados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade brasileiros à luz da OCPC 09. Ainda, como objetivo secundário, visa realizar a análise de *cluster* e a elaboração de uma nuvem de palavras com os dados do elemento riscos e oportunidades. Nesse sentido, foi levantada a seguinte problemática: como os principais elementos de conteúdo, apresentados na orientação emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, são divulgados nos relatos integrados dos CRC's?

Como contribuição esperada, o trabalho visa aumentar o conhecimento no âmbito acadêmico sobre o relatório de gestão utilizado para a prestação de contas na esfera pública, demonstrar melhor o desenvolvimento sustentável dos CRC's, evidenciar o nível de *accountability* e a geração de valor futuro a partir das receitas arrecadadas, analisando os relatos integrados gerados por esses órgãos.

Esse estudo, além da introdução já apresentada, também contém outros itens como, o referencial teórico que apresentará definições, fatos históricos e estudos anteriores referentes ao relato integrado e sua aplicação nas esferas pública e privada. Em seguida, a metodologia descreverá os procedimentos adotados para elaboração da pesquisa, e por fim será abordado o resultado da análise de conteúdo dos relatos integrados dos CRC's e a conclusão dos autores.

2 Referencial teórico

2.1 Relatório de gestão e sustentabilidade





Anteriormente, as organizações priorizavam a maximização do lucro, divulgando apenas as informações financeiras. Devido ao aumento populacional e as catástrofes mundiais, cresceu a preocupação da humanidade com o meio ambiente (Carvalho & Kassai, 2014). Em conformidade a essa ideia Nagano et al. (2013) relata:

Como componente crucial da mudança deste paradigma, as organizações tiveram que adaptar sua maneira de pensar, agir e gerir. Cobrados pela sociedade pela adoção de estratégias sustentáveis e prestações de contas sobre o desempenho e o impacto nos âmbitos econômicos, ambientais e sociais, as informações relacionadas à sustentabilidade ganharam importância crescente no que se refere à transparência exigida das organizações. (p. 2)

Por conta disso, as informações financeiras obrigatórias passaram a ser insuficientes para avaliar ou analisar o desempenho corporativo das entidades e assim aumentando a necessidade da divulgação de dados voluntários, através de instrumentos alternativos e adicionais, detalhando e interagindo com a comunidade sobre fatores socioambientais. (Freitas & Freire, 2017; Nagano et al., 2013)

Desta forma, algumas entidades e pessoas influentes começaram a realizar ações referentes a estruturação destes relatórios de sustentabilidade na forma de *disclosures* voluntários. Uma delas foi a *Global Reporting Initiative* (GRI) fundada na cidade de Boston em 1997, após protestos públicos relacionados a danos ambientais causados por um derramamento de óleo, com o objetivo de criar e estabelecer padrões globais para essas informações voluntárias, permitindo que as organizações sejam transparentes e assumam a responsabilidade por seus impactos. (GRI, 2021)

Já em 2004, houve a criação do projeto *Accounting for Sustainability* (A4S) pelo príncipe de Gales, com o objetivo de inspirar líderes financeiros a impulsionar uma mudança fundamental em direção a modelos de negócios resilientes e uma economia sustentável, permitindo uma abordagem integrada que apresente os riscos e as oportunidades ambientais e sociais. (A4S, 2021)

A A4S em parceria com a GRI anunciou no dia 2 de agosto de 2010 em um comunicado oficial a criação do órgão *International Integrated Reporting Council*. (IIRC, 2010) Sendo esse, uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs, que compartilha a visão de comunicar a geração de valor nos relatos corporativos futuros. (IIRC, 2013)

Em seguida, em 16 de abril de 2013 foi apresentada a minuta de consulta da estrutura do relato integrado e em dezembro do mesmo ano foi publicado o *Framework*, a estrutura internacional para relato integrado, o qual prevalece até os dias atuais. Esse, objetiva ser um guia das diretrizes para elaboração do RI apresentando os conceitos fundamentais, princípios orientadores e elementos de conteúdo a serem observados pelas entidades. (IIRC, 2013)

2.2 Relato integrado e OCPC 09

Segundo Nagano et.al. (2013), o Relato Integrado vem com a proposta de se tornar o principal instrumento de divulgação das informações corporativas, que interligando-se aos dados



presentes em documentos obrigatórios, auxiliam na interpretação e no entendimento entre os grupos de informação. Assim, essas informações demonstram como a organização gera valor no curto e no longo prazo de forma transparente.

A Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado [CBARI] (2021) define como objetivo principal do RI demonstrar aos *stakeholders* como uma organização gera valor ao longo do tempo, incluindo empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas. Ainda, Carvalho e Kassai (2014, p. 31) apresentam o Relato Integrado como “um processo de harmonização, de convergência dos sistemas de gestão organizacional e do processo de comunicação corporativa”.

O *Framework* busca um equilíbrio entre flexibilidade, prescrição e um grau suficiente de comparabilidade entre organizações para atender as necessidades de informação. Esse documento, não impõe indicadores de desempenho específicos, métodos de mensuração ou divulgação de assuntos individuais, mas inclui exigências mínimas para o RI estar em conformidade com sua estrutura. (IIRC, 2013)

No Brasil, a OCPC 09 foi criada a partir da colaboração entre a CVM, o CPC e o CFC em 2021, sendo esse documento o equivalente ao *Framework* emitido pelo IIRC. Pois, durante a audiência da discussão da elaboração dessa orientação, o CPC já teria previsto que a norma brasileira seria mais aceita e utilizada do que a estrutura internacional. Essa iniciativa tem o intuito de padronizar os relatórios referentes à Governança Ambiental, Social e Corporativa. Porém, a adoção dessa norma não é obrigatória, mas caso seja adotado o termo Relato Integrado as suas diretrizes devem ser seguidas. (Giroto, 2020)

Em consonância, a OCPC 09 (2021, p. 3) define o Relato Integrado como “um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazos”. Sendo assim, vem com o propósito de estabelecer princípios de orientação e elementos de conteúdo para a elaboração do RI, explicando os conceitos fundamentais que o sustentam, o aperfeiçoamento da prestação de contas e a responsabilidade pela gestão de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural).

De acordo com a OCPC 09 e o *Framework*, o Relato Integrado deve conter oito elementos de conteúdo, sendo estes: visão geral da organização e de seu ambiente externo, governança, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos, desempenho, perspectiva e base para elaboração e apresentação, os quais devem estar relacionados e não são mutuamente excludentes.

2.3 Aplicação do relato integrado nas esferas pública e privada

Um dos eventos que teve grande destaque dentro da esfera privada foi o Programa Piloto do IIRC, tendo início em 2011 com a participação de 40 organizações mundiais e até o ano de 2014 totalizou 106 empresas participantes e dessas, 12 eram brasileiras. O projeto tinha o propósito de incentivar as organizações a aperfeiçoar seus relatórios informando a evolução de suas práticas e impulsionar a uniformidade nas orientações de relatórios internacionais, criando assim condições para a adoção mundial do RI nos próximos anos. (IIRC, 2011; Guerra, 2014)





Outra iniciativa importante foi a elaboração em 2009 do *King Code of Governance for South Africa*, também conhecido como *King III*, por Mervyn King, professor da Universidade da África do Sul e participante do conselho do IIRC. Em consequência, em 1º de março de 2010 o RI passou a ser obrigatório para as empresas listadas na bolsa de valores de Johannesburg da África do Sul. (Owen, 2013; Maciel, 2015; Zaro 2015)

No Brasil, o projeto *Relate ou Explique* foi desenvolvido em 2012 pela Bolsa de Valores de São Paulo (B3) em parceria com a GRI, sendo lançado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. No ano de 2016, esse projeto sofreu atualizações e mudou o foco para atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS). Incentivadas pela CVM, através da Instrução Normativa nº 480, as empresas brasileiras ficam obrigadas a declararem por meio do Formulário de Referência (FR) se realizaram a divulgação do RI ou de outros relatórios socioambientais. (Garcia et al., 2019; Sato & Ferreira, 2021)

A partir da Portaria nº 324 de 2018, o CFC instituiu o Grupo de Estudos (GE) que pretendia viabilizar a regulamentação e assecuração do RI no país e dessa forma, propagando a discussão do tema e sobre sua adoção ou não, pelos profissionais contábeis e empresas brasileiras. Atendendo a essa questão, o CPC emitiu em janeiro de 2021 uma Orientação Técnica, a OCPC 09, considerando principalmente a elaboração do relato por empresas do setor privado de qualquer porte, também podendo ser aplicada e adaptada para organizações do setor público e sem fins lucrativos.

Dentro da esfera pública, o TCU a partir da decisão normativa nº 170/2018 passou a exigir a adoção do RI como relatório de gestão para as 1.115 UPC's, sendo essas órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. O objetivo é demonstrar para a sociedade como as estruturas de governança funcionam e a forma que utilizam seus recursos, devendo apresentar como seus resultados atendem as demandas da sociedade de forma efetiva, criando valor público.

Ressalta-se que já existia uma exigência para a divulgação anual do RI ou relatório de sustentabilidade pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, por meio da Lei das Estatais nº 13.303/2016. Sendo assim, a escolha do RI pelo TCU, opõe-se ao modelo anterior como o balanço social, já que o relato mostra uma visão mais prospectiva e não apenas retrospectiva da entidade e por esse motivo, o RI mostra-se o modelo mais adequado para a prestação de contas e transparência de resultados. (TCU, 2018)

3 Metodologia

O presente estudo se caracteriza como uma abordagem descritiva, que segundo Gil (2008, p. 28) trata-se de um tipo de pesquisa que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Desta forma, a técnica de coleta de dados de forma padronizada destaca-se como uma característica significativa dessa abordagem, alienado a esse conceito a pesquisa em questão busca descrever os elementos de conteúdo apresentados nos relatos integrados. (Gil, 2008; Beuren, 2006)

A coleta de dados dos RI's segue o procedimento de análise de conteúdo e de pesquisa documental, o qual realiza a observação de informações nos documentos que ainda não foram submetidos a tratamento analítico e que tem a possibilidade de serem alterados de acordo com o



rumo da pesquisa. (Gil, 2008)

A análise do conteúdo será feita de modo qualitativo, sendo realizada de forma binomial na qual serão demonstrados quais os elementos e suas divisões que contém ou não em cada relatório divulgado. Devido a isso, essas informações se diferem dos dados quantitativos, pelo fato de não priorizar a numeração e medição de unidades, e por não serem o foco do processo de análise. (Prodanov & Freitas, 2013)

Assim, este estudo irá analisar e comparar os relatos integrados dos Conselhos Regionais de Contabilidade publicados pelos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal do exercício de 2019, apresentando as similaridades e exceções observadas a partir da base de análise (tabela 01). Essa, baseada na OCPC 09, foi desenvolvida seguindo a estrutura dos elementos de conteúdo e as informações contidas dentro de cada um.

Visando adaptar a pesquisa, por essa ser voltada aos órgãos públicos, foi descartado um dos oito elementos de conteúdo, sendo este o “modelo de negócios” e outros tópicos por não serem relevantes, considerando então sete elementos.

Tabela 1. Base de análise

| Elementos de conteúdo | Descrição |
|---|---|
| Visão geral da organização e seu ambiente externo | <ul style="list-style-type: none"> • Missão, visão e valores • Composição acionária e estrutura operacional • Principais atividades • Cadeia de valor • Informações quantitativas (número de empregados, receitas etc.) • Ambiente externo (stakeholders, economia, tecnologia, temas sociais e legislação) |
| Governança | <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de liderança • Processos estratégicos • Ações específicas tomadas por responsáveis pela governança • Capitais e suas relações com partes interessadas • Práticas de governança voluntárias • Inovação • Sistemas de remuneração e incentivos vinculados a geração de valor e aos capitais |
| Riscos e oportunidades | <ul style="list-style-type: none"> • Fontes internas ou externas de riscos e oportunidades • Probabilidade e magnitude de ocorrência dos riscos e oportunidades • Medidas para gerenciar os riscos e gerar valor a partir das oportunidades |
| Estratégia e alocação de recursos | <ul style="list-style-type: none"> • Objetivos estratégicos da organização ao longo do tempo • Estratégias para alcance desses objetivos • Plano de alocação de recursos • Como a organização pretende analisar os resultados no curto, médio e longo prazos |
| Desempenho | <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores quantitativos sobre as metas, riscos e oportunidades • Efeitos positivos e negativos da organização sobre os capitais • Condição das relações com stakeholders • Vínculo entre desempenho passado, atual e perspectiva futura |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Expectativas da organização sobre o ambiente externo ao longo do tempo |

ORGANIZAÇÃO





| | |
|-------------------------------------|---|
| Perspectiva | <ul style="list-style-type: none"> • Como isso afetará a organização • Como a organização se prepara para lidar com desafios e incertezas |
| Base para elaboração e apresentação | <ul style="list-style-type: none"> • Resumo do processo de identificação de temas significativos e do papel dos responsáveis por esses • Determinação e descrição dos limites do relato • Resumo das estruturas e métodos utilizados para avaliar temas relevantes |

Outra análise a ser realizada é a análise de *cluster* também conhecida como análise de agrupamentos, que consiste em agrupar dados através de medidas de proximidade, semelhança, similaridade ou correlação. (Rodrigues et al., 2012) Ainda, segundo Doni (2004) esses grupos são formados a partir da homogeneidade dos dados e consequentemente demonstram heterogeneidade entre os grupos. Complementando a ideia, será realizado uma nuvem de palavras que segundo Costa e Boldrin (2020) consiste em uma representação visual do tipo, grafo ou infográfico, em que cada palavra é representada com um tamanho proporcional à frequência com que ela aparece no texto ou no conjunto de dados, fazendo assim uma distribuição de forma artística.

Com o intuito de realizar uma análise mais apurada do elemento riscos e oportunidades, por ser o único que deveria revelar o lado negativo dos conselhos e suas políticas de gerenciamento, será feita uma análise de *cluster* a partir dos dados coletados na base de análise com o auxílio do *software* NVIVO. E como complemento, será elaborada uma nuvem de palavras com base no texto disposto nos relatos integrados evidenciando as palavras mais recorrentes dentro desse elemento.

4 Análise de resultados

Os resultados desta pesquisa, encontrados a partir da base de análise, serão expostos de acordo com a ordem dos elementos de conteúdo apresentada na OCPC 09, para assim, melhorar a visualização e facilitar a descrição dos resultados encontrados.

4.1 Visão geral da organização e seu ambiente externo

Neste tópico foi observado que os itens referentes a missão, visão e valores; composição acionária e estrutura operacional; principais atividades; e cadeia de valor foram apresentados por todos os estados.

Nas informações quantitativas, o número de empregados não foi citado pelos estados BA, CE, MS, PA e PI, o restante apresentou o número de conselheiros e suplentes, com destaque ao RJ por também apontar o número de delegados e funcionários. Em relação a receita, nenhum relato apresentou. Por fim, para o subitem outros, foi considerado os principais canais de comunicação com a sociedade, como a ouvidoria, o portal de transparência e os canais institucionais, sendo identificados em todos os relatos.

No ambiente externo, o primeiro subitem, necessidade e interesse dos *stakeholders*, foi encontrado em todos os RI's, trazendo em sua maioria informações sobre a inadimplência dos registros profissionais, o projeto de lei relacionado ao não pagamento de anuidades, as ações acerca



do regime de trabalho e aposentaria dos funcionários dos CRC's e a educação continuada.

No segundo subitem, condições macro e microeconômicas, apenas os estados PB e SP não apresentaram, o restante evidenciou a crise econômica do país. Já o subitem velocidade e efeito de mudanças tecnológicas, não foi encontrado em quatro relatos, sendo da BA, ES, SP e TO. Em relação aos temas de ordem social, foi corrente a observação sobre desemprego e feminismo na contabilidade, com exceção dos estados BA, GO, SP e SE que não trouxeram nenhuma informação acerca do tema. No último, MG expôs uma tabela referenciando algumas das principais leis do seu ambiente legislativo, enquanto DF, MA, MS, PA, PI e SC indicaram no texto.

4.2 Governança

Para esse elemento de conteúdo foi identificado que a estrutura de liderança foi apresentada de forma semelhante em todos os relatos integrados. Na sequência, assim como o tópico anterior, foi analisado que os processos específicos para tomada de decisões estratégicas também são apresentados de forma similar em sua maioria, dividindo-se em mecanismos de liderança, estratégia e controle, já o estado BA se difere dos demais por trazer um quadro no qual demonstra as funções das instâncias de gestão do CRCBA, com exceção dos estados MS, RJ e RN que não expuseram nada.

No tópico práticas de governança que excedem as exigências legais, o estado MG teve destaque por ser o único que apresentou, com um quadro sobre as comissões institucionais de gestão e suas principais ações. O restante dos tópicos integrantes desse elemento não foi encontrado em nenhum RI.

4.3 Riscos e oportunidades

No elemento riscos e oportunidades foi encontrada a maior oscilação de informações entre os estados. Os relatos de AL, ES, MA, MT, MG, PI e SP são os mais completos, pois apresentaram as fontes específicas de riscos e oportunidades tanto interna quanto externa, MS, PA e RJ não apresentam nada e os demais estados apresentaram as fontes apenas dos riscos.

As avaliações da probabilidade e magnitude de ocorrência dos riscos e oportunidades, foram divulgadas pelos estados de AL, CE, ES, MA, MG, PI e SP, os quais também publicaram as medidas específicas para gerenciar esses riscos e gerar valor a partir das oportunidades. Já os relatos da BA, AP, PE e SC trouxeram a ação de tratamento e medidas gerais para os riscos identificados, mas a implementação do plano de gestão de riscos ocorrerá nos próximos anos.

4.4 Estratégia e alocação de recursos

Os objetivos estratégicos da organização a curto, médio e longo prazos e seus planos de alocação de recursos foram feitos por todos os CRC's, já as estratégias estabelecidas ou a serem



implementadas para o alcance desses objetivos não foi apresentada apenas por AP.

O último item, que diz respeito a como a organização pretende medir os resultados almejados ao longo do tempo, não foi apresentado por nenhum estado. Entretanto, coloca-se uma observação para o estado de MG que não citou esse item na explicação do elemento, mas ao final do documento trouxe um anexo a respeito dos resultados dos indicadores de gestão e dos objetivos estratégicos, que no entendimento poderia se encaixar nesse item.

4.5 Desempenho

Os itens de desempenho como, indicadores quantitativos sobre as metas, riscos e oportunidades; efeitos positivos e negativos da organização sobre os capitais; condição das relações com os stakeholders; e vínculo entre desempenho passado, atual e perspectiva futura, foram contemplados por todos os relatos integrados, com ressalva do estado de AP que no último item apresentou somente os vínculos entre desempenho passado e atual.

4.6 Perspectiva

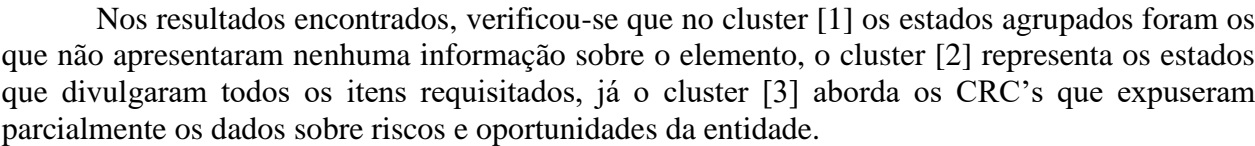
Na análise, foi observado que o elemento perspectiva estava junto aos riscos e oportunidades. Dessa forma, percebeu-se que o tópico expectativas da organização sobre o ambiente externo ao longo do tempo foi apresentado pela maioria dos estados, com exceção de PA que estava focado no desenvolvimento do plano de gestão dos riscos e oportunidades, trazendo uma projeção para o próximo ano. Entretanto, não foi apresentado como essas expectativas afetarão a organização e como essa está atualmente equipada para responder aos desafios e incertezas críticos que podem surgir.

4.7 Base para elaboração e apresentação

Nos relatos integrados, a base de elaboração e apresentação foi encontrada apenas sobre as Demonstrações Contábeis, mas em relação a elaboração do próprio relato não foi realizado por nenhum dos CRC's. Além disso, não houve um pronunciamento a respeito do porquê não foi desenvolvido e nem citado se há alguma perspectiva para o seu feito nos próximos exercícios.

4.8 Análise de cluster e nuvem de palavras

Como já citado, o objetivo secundário deste estudo foi a análise mais aprofundada do elemento riscos e oportunidades através de uma análise de cluster. O diagrama elaborado a partir do software NVIVO resultou em três principais clusters apresentados a seguir. (Figura 01)



Como complemento à análise, foi desenvolvido uma nuvem de palavras (Figura 02) com o conteúdo do elemento riscos e oportunidades apresentado nos RI's.

Figura 02. Nuvem de palavras





Constatou-se que as palavras com maior destaque são: eventos, gestão, política, riscos, plano e processos, por fazerem referência as medidas de gestão de riscos, sendo o assunto mais abrangido pelos conselhos pois a maioria já possui ou implementará nos anos seguintes.

Ainda, a nuvem de palavras dá uma ênfase secundária as palavras: responsáveis, objetivos, ações, controles, comunicação, melhor, atividades, monitorar, análise, gerenciamento, definir, gestores, tratamento, conselho e realização. Essas, complementam a ideia do elemento de conteúdo, pois no plano de gestão de riscos são mencionados os responsáveis pelas ações de controle, gerenciamento, tratamento e monitoramento para a realização das atividades dos órgãos.

5 Conclusão

O relato integrado vem sendo usado como um novo relatório para a prestação de contas dos órgãos públicos, pois esse demonstra uma visão integrada e mais detalhada das informações financeiras e não financeiras da organização. Desta forma, a pesquisa buscou observar o nível de aderência dos relatos integrados do exercício de 2019 publicados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade brasileiros à luz da OCPC 09.

Para obter os dados do estudo, foi elaborado uma base de análise a partir da OCPC 09, para verificar a divulgação dos elementos de conteúdo pelos CRC's. Diante dos resultados apurados, conclui-se que a maioria dos conselhos realizam a elaboração do relato integrado basicamente para fins de prestar contas ao TCU.

Visto que a pesquisa foi realizada a partir de uma análise binomial (contém e não contém), na qual foi elencado um total de 36 itens, os estados que apresentaram a maior quantidade de informação, foram MG contendo 25 itens e AL e MA com 23 itens. Já, o estado que apresentou a menor quantidade de informações foi MS com 18 itens, seguido por BA, GO, PA e RJ com 19 itens.

De forma geral, identificou-se que os relatórios são padronizados, como no *layout* e nos textos que são iguais em alguns trechos, por exemplo nos elementos de conteúdo relacionados a Visão Geral da Organização, Governança e Desempenho, resultando na divulgação de documentos semelhantes.

Já em relação as particularidades mais significativas constatadas pelos autores, tem-se como exemplos: o subtópico ambiente externo por apresentar maior singularidade de cada CRC; o relato do PA que apenas apresentou a capa dos elementos riscos e oportunidades e perspectivas, não contendo nenhuma informação ou justificativa; e um anexo sobre os resultados dos indicadores de gestão e dos objetivos estratégicos no relato de MG.

Com isso, a pesquisa demonstrou a condição de *disclosure* da prestação de contas dos Conselhos Regionais de Contabilidade no ano de 2019 através do Relato Integrado. Assim, como perspectiva de continuidade, sugere-se a análise dos relatos dos anos seguintes, a fim de observar também se esses cumpriram com as expectativas descritas no elemento riscos e oportunidades, inclusive realizar essa análise com outros órgãos públicos.



REFERÊNCIAS

- Accounting for Sustainability. (n.d.) *A4S Aims*.
<https://www.accountingforsustainability.org/en/about-us/overview.html>.
- Beuren, I. (2006). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. Atlas.
- Decisão Normativa n. 170, de 19 de setembro de 2018*. (2018). Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010.
https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41965540/do1-2018-09-24-decisao-normativa-tcu-n-170-de-19-de-setembro-de-2018-41965175
- Bruce, D. (2019, Fevereiro 21). *Grupos de Estudos discutem o Relato Integrado e a regulamentação da sua asseguaração*.
<https://cfc.org.br/noticias/grupos-de-estudos-discutem-o-relato-integrado-e-a-regulamentacao-da-sua-asseguracao/>
- Carvalho, N. & Kassai, J. R. (2014). *Relato Integrado A Nova Revolução Contábil*. Revista Fipecafi, 21-34.
http://www.erudito.fea.usp.br/portalFEA/Repositorio/7050/Documentos/artigo%20ReLato%20Integrado%20-%20Revista_FIPECAFI_Vol1%20AGO2014_versao_3.pdf
- Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado. (n.d.). *Framework*.
<https://relatointegradoBrasil.com.br/home/framework/>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2021). *Orientação Técnica CPC 09 – Relato Integrado*.
http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/591_OCPC%2009.pdf
- Costa, N. M. L. & Boldrin, K. S. (2020). *O Método de Aula Invertida: uma Revisão de Literatura sobre Pesquisas Brasileiras em Formação Docente e Ensino de Ciências*. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, 21(4).
<https://revistaensinoeducacao.pgskroton.com.br/article/view/8543>
- Doni, M. V. (2004). *Análise de cluster: métodos hierárquicos e de particionamento*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Presbiteriana Mackenzie]. São Paulo.
<http://meusite.mackenzie.com.br/rogerio/tgi/2004Cluster.PDF>
- Freitas, B. & Freire, F. (2017). *Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, 12(1), 77-92.
<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/view/2990/2409>



Garcia, A. S., Ciasca, D. N. & Marçal, A. S. V. (2019) *Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das Organizações Privadas e Públicas?*. [Apresentação de congresso]. USP International Conference in Accounting, XIX, São Paulo, SP.
<https://congressousp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1742.pdf>

Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). Atlas.

Giroto, M. (2020, Novembro 27). *CFC aprova norma sobre Relato Integrado: CTG 09*.
<https://cfc.org.br/noticias/cfc-aprova-norma-sobre-relato-integrado-ctg-09/>

Global Reporting Initiative. (n.d.). *Mission and History*.
<https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>

Guerra, S. (2014, Abril 11). *Integrated Reporting In Brazil*.
<https://integratedreporting.org/news/integrated-reporting-in-brazil/>

Internacional Integrated Reporting Council. (2010, Agosto 10). *Formation of the International Integrated Reporting Committee (IIRC)*.
<https://integratedreporting.org/news/formation-of-the-international-integrated-reporting-committee-iirc/>

Internacional Integrated Reporting Council. (2011, Outubro 26). *IIRC Announces Selection of Global Companies to Lead Unique Integrated Reporting Pilot Programme*.
<https://integratedreporting.org/news/iirc-announces-selection-of-global-companies-to-lead-unique-integrated-reporting-pilot-programme/>

Internacional Integrated Reporting Council. (2013, Dezembro). *The International <RI> Framework*.
<https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>

Maciel, P. A. (2015). *Relato integrado: análise da evolução da estrutura conceitual e sua aplicação nos relatórios das empresas no Brasil*. [Dissertação Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
<http://www.erudito.fea.usp.br/portalFEA/Repositorio/3581/Documentos/Dissertacao%20Paula%20Alvares%20Maciel.pdf>

Mattos, A. L., Silva, I. B., Zatta, F. N. & Gonzalez, I. V. D. P. (2011). *Balanço Social: Sua Contribuição para as Instituições Financeiras*. [Apresentado em congresso]. Simpósio de Excelência Em Gestão E Tecnologia, VIII, Resende, RJ.
<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/22014728.pdf>

Nagano, R. T., Kassai, J. R., Kussaba, C. T. & Carvalho, L. N. G. (2013). *A evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da obrigatoriedade de sua asseguuração por terceiros*. [Apresentado em congresso]. II Simpósio Internacional de Gestão de Projetos e Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade, São Paulo, SP.
<http://repositorio.uninove.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/574/646-1173-1->



[RV.pdf?sequence=1](#)

Owen, G. (2013). *Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum*. Accounting Education, 22(4), 340-356.

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09639284.2013.817798?needAccess=true>

Peixoto, N. & Martins, V. (2015). *Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras*. Revista de Auditoria Governança e Contabilidade, 3(7), 23-36.

<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/599/427>

Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*, (2a ed.). Feevale.

https://drive.google.com/file/d/1lp5R-RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM_JJd/view

Rodrigues, A., Fachel, J. M. G. & Passuello, A. C. (2012). *Estatística espacial e análise de cluster em dados de desastres naturais: mapeamento das inundações no Rio Grande do Sul entre 2003 e 2009*. Revista Iniciação Científica. Criciúma, 10(1), 48-67.

<http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/view/1608/1574>

Sato, S. C. C. & Ferreira, D. D. M. (2021, Fevereiro). *Relate ou explique para os objetivos de desenvolvimento sustentável: comportamento e motivos apresentados pelas empresas*. Sustainable Business International Journal, 1(93), 1-30.

<https://periodicos.uff.br/sbijournal/article/view/45499/28286>

Tribunal de Contas da União. (2018, Dezembro 27). *TCU adota Relato Integrado para a prestação de contas da Administração Pública federal*.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-adota-relato-integrado-para-a-prestacao-de-contas-da-administracao-publica-federal.htm>

Zaro, E. S. (2015). *Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual*. [Dissertação Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina].

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134964/334119.pdf?sequence=1&isAllowed=y>